

**PROCESSOS ECONÔMICO-SOCIAIS REGIONAIS E SEUS
IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA URBANA DE
GUARAPUAVA-PR.**

JOSELI MARIA SILVA*

Resumo

Este trabalho faz uma abordagem sobre o processo de re-estruturação do espaço urbano de Guarapuava resultante das transformações econômico-sociais da região onde está inserido, utilizando a inter-relação das escalas de análise na compreensão do espaço local, demonstrando os principais momentos de transformação da divisão de trabalho e da rearticulação entre espaço regional e local refletidos no re-arranjo de suas funções e formas.

Palavras chave: espaço regional; desenvolvimento urbano, Guarapuava.

Introdução

O objetivo deste texto é fazer uma abordagem sobre o processo de re-estruturação do espaço urbano de Guarapuava associado às transformações econômico-sociais da região onde está inserido, utilizando a inter-relação das escalas de análise na compreensão do espaço local, demonstrando os principais momentos de transformação da divisão do trabalho e da rearticulação entre o espaço regional e local refletidos no re-arranjo de suas funções e formas.

O texto que segue está dividido em três partes distintas. Primeiramente, abordaremos a ocupação da região de Guarapuava e a organização espacial imposta pela sociedade campeira. Na segunda parte do trabalho, demonstraremos a desarticulação das variáveis que davam

* Profa. do Departamento de Geociências da UEPG.

sustentação a estrutura espacial pré-existente e a sua transformação decorrente de novos fatores externos. Finalmente, demonstraremos a função e a forma urbana diferenciadas em cada um destes momentos históricos distintos.

1. A Região: A Ocupação dos Espaços Campestres do Terceiro Planalto Paranaense e a Sociedade Campeira

A organização dos espaços originados segundo a lógica da dependência colonial, como é o caso do Brasil, está calcada na exploração de recursos naturais e em objetivos geopolíticos, ambos interdependentes, já que ao assegurar a posse de territórios em disputa por vários países colonizadores, garante-se também as condições de exploração de suas riquezas naturais.

A crescente ocupação do território brasileiro durante o período colonial foi movida pelo incremento das atividades econômicas geradas a partir das necessidades e satisfação do mercado externo. Aos espaços onde ocorria a exploração de produtos interessantes à formação da renda colonial para a metrópole portuguesa, agregavam-se espaços marginais caracterizados por desenvolverem economias subsidiárias que funcionavam como sustentáculo da economia principal. Segundo Padis,

essa economia "reflexa" deixa margem ao aparecimento de outras atividades econômicas- agropastoris e manufatureiras- cuja finalidade é, de uma parte, atender à parcela da procura interna não satisfeita por produtos importados e, de outra- e talvez a mais importante-, agir como que sustentáculo de atividade condutora da economia.¹

A organização do sistema produtivo colonial, normalmente em torno de um produto principal, provocava de um lado, o fortalecimento econômico dos espaços produtores e, de outro, a organização de economias de sustentação nos espaços não potenciais para exploração do produto valorizado. A inserção do território que hoje constitui o Estado do Paraná na economia colonial brasileira ocorreu para apoiar a atividade principal da metrópole, a mineração do ouro, associada à segurança e expansão da posse portuguesa na América Latina. O processo de ocupação do território irá seguir a lógica da economia colonial, sempre

¹. PADIS, Pedro C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. 1981, p. 38.

voltada para mercados externos, exportando produtos primários, geralmente extrativos e dependentes da oscilação dos interesses do mercado que dá sustentação, tendo ainda a constituição de uma tímida produção para a subsistência.

Neste sentido, fica claro que o processo de ocupação e a distribuição populacional no território paranaense teve íntima relação com a distribuição dos recursos naturais e seus momentos de valorização. A ocupação da região de Guarapuava e a organização desse espaço produtivo é a expressão geográfica da expansão da estrutura econômica dependente e exportadora, que se apropria tanto dos recursos naturais como do trabalho da população local a fim de atender os interesses do mercado que integra.

1.1-A instalação das fazendas de gado

A economia colonial, centrada na exploração de riquezas naturais, dinamizou a ocupação do território em locais estratégicos ao cumprimento de seus objetivos. Deste modo, organizou o litoral no sentido de promover o escoamento das riquezas naturais; ao mesmo tempo lançou expedições de reconhecimento de outros espaços para tomar posse e aumentar sua área de exploração.

Como a produção do ouro no território paranaense não obteve sucesso, instalou-se na região uma economia complementar à atividade mineradora de outros centros produtores: a pecuária. Enquanto se desenvolvia a atividade mineradora das Minas Gerais, ocorria paralelamente o desenvolvimento e expansão da atividade pecuária, inserindo o território paranaense na economia colonial. O desenvolvimento da pecuária neste território, segundo Ribeiro,

atenderia a dois objetivos essenciais, o abastecimento das zonas mineradoras em gado para transporte e alimentação e a ocupação de vastas áreas campestres nativas, situadas em territórios potencialmente litigiosos, com pequeno efetivo populacional.²

². RIBEIRO, Antônio Giacomini. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava, in Boletim de Geografia 7(1). Maringá: set. 1989, p. 20.

A frustração em relação à exploração do ouro, ocorrida no primeiro planalto paranaense por parte dos pioneiros da ocupação do território, promoveu a criação do gado como alternativa de sobrevivência e sua posterior expansão para a região do segundo planalto, denominado de "Campos Gerais", com a pecuária extensiva.

O marco da integração desses espaços campestres na economia colonial foi o estabelecimento da rota boiadeira que conduzia o gado proveniente do sul rumo à Feira de Sorocaba em São Paulo, onde se realizava o comércio do gado e daí, às Minas Gerais. O território paranaense passou a ser passagem das tropas, modificando a função criatória das pastagens naturais para a "invernagem" do gado criado na região de Rio Grande em território gaúcho. A população ativa deste território passou a se dedicar ao comércio e transporte do gado, constituindo-se na chamada "sociedade campeira".

A crescente demanda pelo produto da pecuária, principalmente muares, por parte dos centros consumidores provocou a expansão da atividade e ocupação do território ocidental do Paraná no início do século XIX: os "Campos de Guarapuava", através da Real Expedição Colonizadora dos Campos de Guarapuava, dirigida pelo Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e o catequista Padre Francisco das Chagas Lima, foram assim incorporados ao espaço econômico.

O processo de ocupação e fixação da população no território está vinculado a motivos de ordem política e econômica associados à estruturação do espaço colonial brasileiro. O empenho do governo português em ocupar a região dos "Campos de Guarapuava" deve-se, de um lado, à sua posição estratégica em relação a sua proximidade com a fronteira das colônias espanholas, fronteira que não estava ainda firmemente delimitada e, de outro, à expansão da atividade tropeira no atual espaço paranaense que dava suporte à mineração do ouro.

A expansão da sociedade campeira para o terceiro planalto através do sistema de sesmarias deu origem às propriedades da região e ao modelo de ocupação inicial. A sociedade que se instalou na região dedicou-se à lavoura de subsistência, à pecuária extensiva e à extração da erva mate. Contudo, as precárias vias de comunicação com outros centros dificultaram a dinamização da economia pastoril.

Com a efetiva ocupação da região, foi inaugurado um novo caminho que, em meados do século XIX, consolidou a inserção de Guarapuava na atividade tropeira. Com a abertura do "Caminho das

Missões", a região tornou-se rota de passagem das tropas vindas do Rio Grande do Sul para a Feira de Sorocaba, em São Paulo. Segundo Abreu,

*A via aberta foi de grande utilidade para os habitantes de Guarapuava e Palmas, porque encurtava em mais de quarenta léguas, a saída das tropas do Rio Grande do Sul (...). Além disso, livrava as tropas do imposto que pagavam à Província de Santa Catarina.*³

O processo de ocupação do território paranaense em direção ao oeste não se processou de maneira contínua. Segundo Wachowicz, "...de Curitiba a Guarapuava imensas regiões foram deixadas despovoadas (...). Dava-se preferência aos campos em detrimento das regiões cobertas por matas"⁴. Apesar de uma ocupação rarefeita, a sociedade campeira, apoiada no latifúndio obtido através do sistema de sesmarias, ocupou definitivamente os espaços do oeste paranaense em meados do século XIX e estabeleceu as linhas demarcatórias e posse do território.

A sociedade campeira que se instalou no terceiro planalto é um desdobramento daquela que deu origem à organização do espaço no segundo planalto paranaense. As pastagens nativas da região de Guarapuava eram de melhor qualidade do que aquelas dos Campos Gerais, provocando interesses por parte daquela sociedade em obter terras nesta região. Abreu⁵ resgata que muitas vezes representantes da classe dominante dos Campos Gerais vinham à região dos Campos de Guarapuava para tomar posse da sesmaria, deixavam seus capatazes tomando conta da fazenda, continuando a residir em Ponta Grossa, no segundo planalto. Balhana, et all também expõem este processo descrevendo que

Os grandes fazendeiros dos Campos Gerais obtiveram grandes extensões de campo, levaram seus 'animais aos montões', mas continuaram suas residências nos Campos Gerais, passando por ano uns

³. ABREU, Alcioly Therezinha Gruber. A posse e o uso da terra. Modernização agropecuária de Guarapuava. 1986, p. 72

⁴. WACHOWICZ, Ruy C. Paraná: sudoeste, ocupação e colonização. 1985. p. 62.

⁵. ABREU, Op. cit.

dois meses em Guarapuava, para verificar suas criações soltas na imensa campina.⁶

A expansão e consolidação da sociedade campeira na região de Guarapuava ocorreu num contexto de forte tendência de transformação das fazendas de criatório da região em invernagem, já que uma maior lucratividade era verificada na prática da atividade tropeira em detrimento à da criação. Assim, os próprios fazendeiros tornaram-se tropeiros, modificando totalmente a função desempenhada pela grande fazenda, anteriormente estruturada para realizar os trabalhos de criação e prover seus próprios bens de consumo através do trabalho escravo. A atividade tropeira foi realmente mais rentável, no entanto, era totalmente dependente das transformações do mercado que abastecia.

O final do século XIX e início do século XX foi marcado pelo declínio da atividade tropeira e a desagregação da sociedade tradicional campeira da região. A crise do sistema foi provocada pela melhoria dos rebanhos da Província de São Paulo e a construção e prolongamento de estradas de ferro que substituiu o transporte anteriormente feito em tropas de mulas. Outros fatores locais também podem ser apontados para o aumento da crise neste setor, como o não reinvestimento de capitais na atividade pecuária, a baixa qualidade dos rebanhos e as pastagens naturais empobrecidas, bem como o isolamento da região pela falta de boas estradas para o deslocamento do gado.

O declínio da atividade tropeirista provocou o retorno da produção pecuária a fim de solidificar a base econômica regional. Apesar dos preços serem insatisfatórios, a produção nas fazendas aumentou significativamente, mesmo porque não havia melhores opções. No entanto, essa atividade não obteve sucesso e com o passar dos anos a produção começou a decair, até que no começo do século XX ocorreu a desintegração do sistema tradicional campeiro.

A atividade tropeira foi hegemônica durante longo período na região de Guarapuava e esteve voltada para atender a outros centros de consumo. Assim, não foi capaz de criar formas alternativas de produção que pudessem suportar os períodos de crise, desestimulando a produção agrícola de produtos básicos de alimentação. Com a queda deste

⁶. BALHANA, Altiva Pilatti, PINHEIRO MACHADO, Brasil & WESTPHALEN, Cecília M. História do Paraná. 1969, p. 83.

comércio do gado, ocorreu uma crise generalizada. A crise desta atividade, associada às novas demandas criadas externamente, estimulou outras atividades econômicas baseadas em outros produtos, como detalharemos a seguir.

1.2- A extração das reservas vegetais dos espaços florestais

As atividades extrativas vegetais desenvolveram-se paralelamente à atividade tropeira na região e durante muito tempo a extração da erva mate foi desempenhada por uma população marginal ao sistema tropeirista, aquela que não conseguiu, através da posse da terra, ascensão econômica e social. Esta teve como alternativa econômica apenas o engajamento em alguma tropa, ou ainda embrenhar-se nas matas para a coleta do mate, a fim de conseguir acumular algum capital. Aos poucos e principalmente no momento de crise do tropeirismo, no final do século XIX e início do século XX, a atividade ervateira tornou-se a mais importante da região, alcançando os mercados dos países do Prata e Chile com a venda da erva cancheada.

Embora a produção da erva-mate tenha sido significativa em termos regionais, pois durante os primeiros anos do século XX passou a ser a principal atividade econômica da região, a nível nacional sua importância era insignificante, mesmo porque o Governo Central estava mais preocupado com a produção da região do café.

A economia ervateira na região teve inúmeras dificuldades para se desenvolver por se tratar de uma atividade extrativa que se realizava em moldes rudimentares e também por ser o produto de baixa qualidade e as precárias vias de comunicação dificultarem a sua comercialização.

O governo paranaense, preocupado com as condições da economia regional, procurou incentivar a melhoria da produção do mate, promovendo várias medidas como a abertura de estradas para o escoamento do produto, ligando as áreas produtoras ao litoral e estabelecendo normas para a melhoria da qualidade e competitividade do produto no comércio. Segundo Padis,

Foi preocupado, pois, com a situação econômica da província, levando em conta a importância do mate na economia local e sabedor das dificuldades relativas à colocação do produto no mercado externo, que o presidente provincial baixou um regulamento severo, que fixava o

período da colheita, formas de tratamentos e de acondicionamento da erva, bem como proibia a mistura de elementos estranhos, pelo que impunha severas multas aos infratores⁷.

A coleta da erva-mate era praticada pelos caboclos agregados às grandes fazendas, ou pelos habitantes das terras devolutas. Um papel de destaque foi aquele desempenhado pelo imigrante nesta atividade, que melhorou as condições de transporte do produto, passando a ser feito por carroções eslavos. Barthelmess, descreve que:

Os carroções que dominaram por meio século as estradas do interior do Paraná tiveram o seu uso introduzido por elementos do grupo étnico germânico do Volga. Eram grandes carros de quatro rodas, puxados por 8 ou 10 cavalos e cobertos por uma tolda de forma hemisférica achatada, sustentada por meio de uma armação flexível de finas ripas de madeira de timbó. Traziam até 1.500 Kg de carga útil, seguramente protegida contra a intempérie e propiciavam ao carroceiro um abrigo com grau de razoável conforto e um ambiente que tinha algo de doméstico.⁸

Foi o elemento imigrante, a partir deste meio de transporte, que conseguiu o controle comercial do mate bruto, fixando-se na região e formando uma pequena classe média. O caboclo constituiu-se no ervateiro itinerante, saindo em busca de novos ervais nativos e sempre contratado, por empreitada, pelos comerciantes regionais.

Quanto à industrialização e comercialização final desse produto, podemos afirmar que a parte mais rentável ficou nas mãos de antigos comerciantes de Curitiba e Paranaguá. A região de Guarapuava, possuidora de grandes reservas e produtora da erva bruta, não obteve benefícios nessa exploração, pois esta atividade extrativa não reteve capitais na região, não conseguiu fixar população e nem tampouco melhorou a qualidade de vida da maioria da população local.

Convém ressaltar ainda que a exploração deste produto sempre teve que se adaptar às condições de instabilidade proporcionadas pelas relações com o comércio exterior; qualquer retração deste mercado afetava sensivelmente a economia regional. Esse período vai ser marcado por várias oscilações, culminando numa crise e conseqüente estagnação

⁷. PADIS, Op. cit, p. 49.

⁸. BARTHELMESS, Arthur. Ocupação e organização do Paraná velho. 1962. p.51.

do setor por volta de 1930, com a autosuficiência da Argentina, seu principal consumidor.

A outra atividade extrativa vegetal nesta região foi a exploração da madeira que irá ganhar impulso a partir de meados da década de 40, associada à conjuntura favorável criada a partir da Primeira Grande Guerra, que dificultou a importação da madeira européia, valorizando a produção da madeira paranaense.

Assim, novamente os interesses da região estiveram voltados em torno da área florestal, dando seqüência tanto à tendência de exploração de recursos naturais, como à exploração da mão-de-obra dispensada pela crise da extração do mate.

Durante a atividade madeireira, ocorreu o desenvolvimento de novas redes viárias, estimulando a utilização de caminhões para o transporte da madeira e a formação de capitais que fortaleceram as classes dominantes do Estado do Paraná. No entanto, são muitos os fatores negativos que podemos apontar a nível local. Estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) relatam o seguinte sobre essa atividade nas regiões produtoras:

A serraria, unidade industrial para o processamento da madeira, forma uma concentração populacional própria, cercado-se de dezenas ou centenas de casas para os operários. Portanto, não se integra à região, permanecendo como um elemento estranho a ela.⁹

Outro aspecto apontado pelo mesmo estudo do referido Instituto é o fato de que foram principalmente os grandes grupos econômicos estrangeiros, argentinos e ingleses, que monopolizaram a industrialização e as cotas de exportação do produto. Os médios proprietários rurais, que tinham reservas de pinhais, ficaram impedidos de promover a industrialização de seu próprio produto, ficando obrigados a vender o "pinheiro em pé" para os grandes grupos. Barthelmess explora também este aspecto dizendo que:

Foi a política dirigista do governo, conferindo privilégios, através do Instituto Nacional do Pinho, que desviou a indústria madeireira de seu destino regional. A classe média rural, proprietária dos pinhais, não pôde, face ao obstáculo legal representado pelo chamado critério da

⁹. IPARDES. Posse e uso da terra no Paraná. 1976. p. 31.

tradição, empreender ela própria a industrialização da madeira, que poderia ter assegurado a consolidação econômica, em amplas bases, dessa área do Estado.¹⁰

A estratégia da compra do "pinho em pé" não obriga os grupos à compra da terra onde se encontravam as reservas. Assim, esses grandes grupos não precisavam imobilizar seu capital e, quando raramente o faziam, vendiam a terra imediatamente após a retirada da reserva de pinho. Deste modo, um insignificante capital ficou na região, não foi construído nada de definitivo, não fixou população e o que restou foi apenas uma área devastada.

A exploração madeireira na região de Guarapuava, além de ser eminentemente predatória, era realizada próximo às áreas de campo e a comercialização destes produtos era realizada pelos escritórios localizados em outros centros, principalmente em Ponta Grossa. Esse processo é apresentado por Luz ao argumentar que

Esta região, grande produtora de madeira sofre ao longo do período o esvaziamento da sua riqueza natural, sem no entanto, partilhar de forma significativa dos lucros das empresas alienígenas que nela se instalaram.¹¹

As relações econômico-sociais, estabelecidas na região até então, não foram capazes de produzir uma sólida base produtiva e, conseqüentemente, estruturar uma eficiente infraestrutura, nem tampouco uma rede urbana hierarquicamente estruturada, dada as características do sistema implantado. Ribeiro argumenta que:

A sociedade campeira que expandiu-se para os campos do Terceiro Planalto, expulsou os nativos e aí se implantou, construindo cidades mal arrumadas e precários caminhos para o deslocamento das tropas. Os excedentes populacionais que não tiveram a oportunidade de participar diretamente da economia tropeirista abrigou-se na orla florestada que margeia os campos e passaram a praticar uma pequena agricultura e, mais ativamente, a extração da erva-mate, sempre em condições de

¹⁰. BARTHELMESS, Op. cit, p. 53.

¹¹. LUZ, Cirlei F. C. A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava. 1980, p. 275.

trabalho muito precárias, situação que acaba por piorar quando da fase da extração madeireira.¹²

Os campos do Terceiro Planalto paranaense até meados do século XX estavam inativos e dominados ainda pela decadente tradicional sociedade campeira. É durante esta conjuntura regional que o Estado inicia seus esforços no sentido de reocupar o território e fixar populações para a produção agrícola, a fim de dinamizar a economia desta região. A partir dessa política, um novo modelo econômico foi implantado, reorganizando a paisagem regional e sobrepondo-se às paisagens pré-existentes.

2- A Região: As Transformações do Sistema Produtivo da Agricultura e a Nova Ordem na Organização do Espaço Regional.

A crise econômica que se estabeleceu na região, associada a fatores derivados da política implementada pelo governo estadual, esboça a perspectiva de um novo período na economia da região. Segundo Abreu,

O desequilíbrio do sistema tradicional campeiro trouxe uma mudança de atitudes que fez nascer novas oportunidades e contribuiu para a remoção de muitos dos obstáculos que entravavam o progresso. Com o contínuo desdobramento das famílias mais antigas, a terra foi cada vez mais se subdividindo, e muitos não mais tiveram condições de praticar a pecuária extensiva como anteriormente e nos moldes dos antigos processos, uma vez que em pequenas áreas a produção não mais correspondia.¹³

Se até meados do século XX a região se encontrava com uma população rarefeita e baixa produtividade nos espaços campestres, a nível nacional ocorriam profundas transformações econômico-sociais nos centros dinâmicos da economia do país. Novos sistemas de produção estavam sendo implantados abarcando outros espaços a fim de unificar a economia nacional à lógica da modernização da produção industrial. A nova base produtiva que chegou aos campos de Guarapuava estimulou a utilização de bens produzidos pela indústria urbana, transformou o

¹². RIBEIRO. Op. cit, p. 35-36.

¹³. ABREU, Op. cit, p. 157.

processo produtivo e alterou as relações sociais, estabelecendo nova ordem na configuração do espaço regional. Não nos cabe discutir aqui quais foram os caminhos da política econômica nacional que determinaram este estado de coisas, pois essa conjuntura nacional está atrelada à própria evolução do capitalismo brasileiro e sua inserção na economia mundial. No entanto, consideramos importante explorar as variáveis que estavam presentes no espaço regional, de que modo se aliaram aos fatores externos decorrentes da modernização da economia nacional, desencadeando suas transformações.

Deste modo, privilegamos dois fatores externos para dar continuidade a nossa discussão. A partir deles, teceremos as considerações necessárias para desvendar esse contínuo processo de interação entre os elementos externos e o quadro pré-existente. O primeiro fator é a introdução de um novo contingente populacional na região, decorrente de fluxos migratórios tanto do exterior, como de outras regiões do país; e o segundo é a introdução do novo sistema de produção agrícola com base na agricultura mecanizada e produtos exportáveis.

2.1- Os fluxos migratórios

A política nacional de imigração no Brasil esteve centrada primeiramente na preocupação com os grandes vazios demográficos que apresentava o território com objetivo de assegurar a soberania nacional. No entanto, em meados do século XIX ocorreu uma reorientação do processo imigratório para atender novos objetivos como o fornecimento de mão-de-obra para a produção nas grandes propriedades e a necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência. Segundo Balhan *et al*¹⁴ foi este último objetivo norteou a política imigratória paranaense, cuja colonização se processava de maneira bastante lenta e descontínua desde o início do século XIX.

Os interesses regionais em atrair imigrantes, principalmente estrangeiros, estavam centrados na necessidade da produção de alimentos. Já discorreremos sobre o fato de que na região de Guarapuava quase a totalidade da mão de obra esteve ocupada por muito tempo na atividade tropeira e na coleta da erva-mate, o que desestimulou a

¹⁴. BALHANA, Altiya Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil & WESTFHALEN, Cecília M. História do Paraná. 1969. p.161.

produção de alimentos, suscitando muitas crises no abastecimento alimentar. Assim, a exemplo de outras regiões do sul, que buscaram reverter essa situação, houve um grande incentivo para a vinda de colonos com tradição agrícola. Várias iniciativas de formar colônias para a produção alimentar foram feitas na região durante o século passado. No entanto, essas colônias não prosperaram, desestimulando a vinda de novos imigrantes. Abreu aponta que o território de Guarapuava até a terceira década do século XX contava com apenas quatro colônias de imigrantes:

a) Senador Correia: com uma área de 17.000 ha e habitada por 2.047 poloneses, 753 brasileiros, 43 alemães, 8 sírios, 7 suecos, 15 franceses, 9 espanhóis, 2 holandeses, 2 italianos e 1 inglês; b) Apucarana: com 15.000 ha e sua população formada por 860 poloneses, 228 brasileiros, 132 alemães, 43 austríacos, 12 franceses, 16 holandeses e 7 portugueses; c) Coronel Ernesto Queiroz: situada no Amola Faca (Laranjeiras) e habitada por 80 famílias polonesas; d) Murillo: fundada pelo Dr. Francisco Natel de Camargo e habitada por 20 famílias polonesas.¹⁵

O quadro geral de ocupação dos campos do Terceiro Planalto parananense durante esta época era de uma população esparsa, constituída de colonos estrangeiros e de brasileiros provenientes da tradicional sociedade campeira. A região sofreu também, durante as primeiras décadas desse século, uma ocupação por parte de migrantes descendentes de alemães e italianos de outras regiões brasileiras, repelidos de suas terras pelo processo de formação de minifúndios, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, e de poloneses vindos da região de Prudentópolis. Esse processo foi decorrente da pressão demográfica sobre as pequenas fazendas fundadas por gerações anteriores de imigrantes europeus. Uma análise realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), descreve as condições em que se instalavam os imigrantes na região;

Nestas terras, onde a exploração predatória da erva-mate e da madeira deixava raros e esparsos caboclos semi-nômades na floresta, os novos povoadores se estabeleceram plantando cereais e criando porcos. A ocupação se dá de forma espontânea, apenas com base nos recursos

¹⁵. ABREU, Op. cit., p. 106.

particulares dos ocupantes, sem qualquer auxílio e orientação por parte dos poderes públicos ou órgãos assistenciais.¹⁶

As tentativas de instalação de núcleos coloniais, até meados deste século, foram fracassadas. Alguns estudiosos atribuem esse fato à implantação da maioria desses núcleos nas regiões de mata e não de campo, enquanto outros associam o fracasso à utilização de técnicas inadequadas ou ainda à não adaptação do imigrante estrangeiro às condições naturais da região. Essa visão, no entanto, parece-nos um tanto determinista e acreditamos que esses núcleos não puderam se desenvolver devido ao seu isolamento, às dificuldades de transporte e da conjuntura regional que não permitia que eles participassem de uma economia de mercado. Essa idéia é expressa nos estudos do IPARDES e exposta por Ribeiro:

As colônias situadas tanto nas áreas florestadas como nos campos, indistintamente, fracassaram quando não tiveram condições de participar da economia de mercado. Algumas desapareceram e outras subsistiram precariamente até que pudessem, em tempos mais recentes, se engajar mais ativamente na economia global.¹⁷

Essas migrações, embora tenham feito crescer a população agrícola da região, não foram capazes de incrementar mudanças econômicas. É só durante o início da década de 50 que a região terá êxito na instalação de um núcleo colonial, a "Colônia Entre-Rios". Os imigrantes que a compõem constituem-se importante elemento na configuração atual da paisagem regional. A partir deles, iniciou-se a efetiva ocupação dos campos pela agricultura.

Esses imigrantes europeus eram os Suábios, denominação comum dada aos colonos provenientes da margem esquerda do Médio Danúbio, descendentes dos germânicos. Sua vinda para o Brasil está associada às conseqüências da II Guerra Mundial. Refugiados e apátridas buscaram apoio da organização "Ajuda Suíça para Europa", que ajudou no deslocamento de cerca de 500 famílias no início da década de 50 para os campos situados em Entre-Rios, a 25 Km ao sul de Guarapuava.

¹⁶. IPARDES, Op. cit, p. 55.

¹⁷. RIBEIRO. Op. cit, p. 44.

Esta colônia de imigrantes germânicos representa um marco na história de Guarapuava, não só por ser a maior colônia agrícola implantada em termos demográficos, mas pelo êxito alcançado na produção agrícola. Se as imigrações antecedentes a essa fase não obtiveram o desenvolvimento que se esperava, dadas as condições econômicas existentes, esta obteve sucesso econômico decorrente da conjugação de fatores provenientes de uma conjuntura nacional favorável associada a incentivos locais.

Esses imigrantes tiveram oportunidades de ajuda financeira por parte do governo brasileiro e contaram também com o apoio de organismos internacionais, justamente quando a política agrícola brasileira estimulava a produção de gêneros alimentícios para a exportação e a auto-suficiência alimentar. Elfes descreve as facilidades que deveriam ter os referidos imigrantes:

o governo estadual comprometia-se a facilitar o processo de aquisição dos solos. (...) foi possibilitado o financiamento da colonização em pauta, através do Banco do Brasil, com fundos oriundos de ágios sobre importações especiais da Suíça, procurava-se combinar o interesse do Brasil na imigração de agricultores qualificados com os interesses comerciais de exportadores e industriais suíços. Conseguiu-se, dessa forma, conciliar interesses e iniciativas particulares com certos objetivos governamentais e de organizações internacionais de auxílio.¹⁸

A política agrícola nacional durante a década de 70 também trouxe para a região de Guarapuava novos contingentes populacionais gaúchos, catarinenses e descendentes de japoneses de São Paulo e norte do Paraná. Nesta fase, novos produtos passaram a ser cultivados, como soja, trigo, aveia, cevada, arroz, bem como batata inglesa.

Foi justamente a mudança da base técnica de produção que propiciou uma frente pioneira interna no território paranaense. A expansão da fronteira agrícola que se processou na década de 60, fronteira que já havia ocupado o litoral, o norte e sul do estado, iniciou um processo de reocupação do Centro-Oeste do Paraná. Essa fronteira agrícola interna passou a atrair grandes contingentes populacionais para ocupar os campos nativos com a moderna agricultura, notadamente nas décadas de 1960 e 1970. Os dados dos recenseamentos, realizados pelo Instituto

¹⁸. ELFES, Albert. Suábios do Paraná. 1971, p. 46.

Brasileiro de Geografia e Estatística em 1970 e 1980, demonstram que a Microrregião dos Campos de Guarapuava teve um incremento de 16,2% de sua população rural, destoando do que aconteceu no Paraná durante este mesmo período, que se caracterizava como expulsor de população. O fato da região de Guarapuava apresentar incremento positivo de sua população rural decorre da reocupação dos campos nativos, caracterizados até então por uma baixa densidade demográfica. Esta reocupação, com base na moderna agricultura, intensificou-se nesse período.

Dessa forma, a modificação do uso da terra pela agricultura permitiu a modificação da posse de terras por membros não constitutivos da sociedade tradicional campeira. Atualmente, na região agrícola convivem os descendentes da sociedade tradicional campeira, os imigrantes estrangeiros, migrantes de outras regiões do sul e do próprio Paraná. Todos visando à produção de grãos para exportação sob o estímulo do capital financeiro.

2.2- A modernização do sistema produtivo

A penetração do capitalismo financeiro na agricultura regional, associado à modernização da produção, trouxe consigo a ruptura no sistema produtivo da sociedade tradicional campeira, baseada na pecuária extensiva e extração de recursos vegetais. O espaço regional frente à nova conjuntura de modernização, que caracterizou o Estado paranaense a partir da década de 50, foi rapidamente transformado, ocorrendo sua integração definitiva à economia nacional e desencadeando novas relações sociais.

Durante esse período a capitalização do campo, realizada rapidamente em razão de amplos subsídios distribuídos pelo governo federal, promoveu a mecanização da atividade e o aumento da produtividade rural, associados a um investimento maciço por parte do Estado na implantação de infra-estrutura viária, de energia e de comunicação.

Os incentivos e subsídios destinados à agricultura e à integração dos espaços, através da expansão da infraestrutura básica, foram fatores preponderantes na modernização da produção agrícola. Na região destacamos a expansão do ramal ferroviário que liga Guarapuava ao leste do estado em meados da década de 50 e o asfaltamento da BR 277 que liga Curitiba a Foz do Iguaçu, passando por Guarapuava, na década de 60. Essas obras foram de grande importância para superar o isolamento

desta região em relação às outras regiões do Estado, incentivando a produção e dinamizando a comercialização dos produtos primários.

Assim, as variáveis oriundas de arranjos espaciais passados, a descapitalização das famílias tradicionais detentoras de grandes áreas agricultáveis, a significativa quantidade de imigrantes de origem européia com habilidades na utilização de novas técnicas agrícolas e as condições agroecológicas favoráveis, contribuíram para acelerar as transformações do espaço regional, associando-se à fase de expansão da economia nacional.

Até o final da década de 60 as terras ainda estavam nas mãos das famílias tradicionais campeiras descapitalizadas, seu valor comercial era irrisório e a venda era o melhor negócio. Abreu, ao analisar os Censos Agropecuários de 1970 e 1980, conclui que houve uma nítida modificação da posse da terra. Em seus estudos sobre a classe proprietária na região argumenta que:

Mesmo não sendo possível reconhecer o percentual de proprietários descendentes da sociedade tradicional campeira fica comprovada a transferência de posse da terra, pois, entre 5.914 proprietários rurais, 2.384, são descendentes de alemães, italianos e eslavos (40,32%), 131 são brasileiros naturalizados (2,22%) e 214 são estrangeiros (3,63%, totalizando 2.729 proprietários (46,15%).¹⁹

Esses dados demonstram a mudança de posse da terra agrícola e as facilidades de comprá-las ou mesmo de arrendá-las a baixos custos, sendo sua compra muitas vezes financiada pelo sistema bancário com juros subsidiados pelo Governo Federal.

Por outro lado, a introdução das práticas modernas foi facilitada pela presença dos imigrantes, notadamente na introdução do soja, pois os suábios já possuíam conhecimento suficiente dos campos e já tinham obtido sucesso anteriormente com a mecanização da rizicultura.

A topografia da região não apresenta obstáculos à mecanização, pois, como Ribeiro descreve "...os solos relativamente profundos, sem pedregosidade, com teores elevados de matéria orgânica, justificam o sucesso da agricultura moderna"²⁰.

¹⁹. ABREU, Op. cit, p. 184.

²⁰. RIBEIRO, Op. cit, p. 46.

O processo de modernização agrícola teve sua contrapartida nos anos subseqüentes. Como a região não era mais uma "fronteira agrícola interna", os preços da terra subiram consideravelmente e a mecanização da agricultura intensificou-se, ocorrendo a expulsão daqueles que não mais se enquadravam na nova lógica produtiva, os pequenos proprietários rurais e os trabalhadores rurais não proprietários.

Nesse período, verificou-se a ruptura do sistema de produção tradicional representado por parceiros e meeiros e a expulsão de mão-de-obra, especialmente dos camponeses cujo nível de conhecimento técnico não permitiu produtividade compatível com o sistema implantado, impossibilitando sua concorrência no mercado, pois permaneciam dedicados à agricultura de subsistência cada vez mais inadequada ao sistema.

Os pequenos proprietários tiveram dificuldade em utilizar o crédito agrícola e embora legalmente tivessem direito de acesso a ele, permaneciam à margem desse tipo de financiamento, uma vez que o crédito agrícola era intermediado pela rede bancária que dava preferência aos agricultores que possuíssem um amplo volume de negócios no banco.

Outro aspecto que dificultava a produção agrícola pelos pequenos proprietários nos moldes capitalistas é que esse tipo de empreendimento exigia um conhecimento técnico diferente do conhecimento acumulado por parte do lavrador tradicional. Os riscos que estes lavradores corriam com um eventual acesso ao crédito agrícola eram muito grandes, pois para conseguir quitar as dívidas contraídas deviam ter um determinado nível de produtividade e no caso de não obtê-la perdiam a propriedade. Esse fato fez com que muitos agricultores não recorressem a esse recurso, aumentando a impossibilidade de produção nos moldes do sistema implantado e concentrando cada vez mais a renda no campo.

As transformações regionais ocorreram de maneira muito rápida e sem assistência por parte do governo que negligenciou as consequências sociais destas transformações. Conseqüentemente, grande parcela da população agrícola perdeu sua condição de sobrevivência, dirigindo-se à outras frentes agrícolas fora do Estado ou dirigindo-se à cidade.

Em síntese, as transformações econômicas e sociais verificadas na região estão ligadas ao movimento geral da economia do país e do

Estado paranaense, tendo sido balizadas pelos fatores de ordem regional. A seguir trataremos do papel desempenhado pela cidade a cada momento da modificação da conjuntura econômica e social da região.

3- A Cidade: Origem e Evolução

O interminável processo de articulação entre fatores externos e internos, que distingue e particulariza uma fração do território nacional, define também as relações existentes em outra escala de análise: entre o espaço rural, regional e o espaço urbano. Existe uma complementaridade entre eles. A cada novo momento, a cidade terá funções diferenciadas complementares às funções da região em que se encontra inserida, alterando nessa dinâmica seu papel e sua forma. Assim, analisaremos a origem da cidade de Guarapuava e seu processo de evolução, as diferentes funções que a cidade desempenhou associadas aos processos de alteração da economia regional descritos até agora e as modificações das suas relações sociais que simultaneamente adquiriram concretude em sua forma espacial.

3.1- A cidade como apêndice da organização do espaço produtivo

A criação da povoação em um determinado território conquistado significava o marco oficial da tomada de sua posse. A constituição da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, nome do povoamento que deu origem à cidade de Guarapuava, deu-se em 1819, na sesmaria anteriormente concedida a Diogo Pinto, juntamente com a criação de sua paróquia. Este momento tinha como importante característica política a estreita relação que se estabelecia entre o Estado e a Igreja. Deste modo, Pe.Francisco das Chagas Lima, o vigário nomeado para constituir a paróquia, deveria escolher o local para sua sede que, conseqüentemente, seria o marco inicial a partir do qual cresceria o núcleo urbano da povoação.

A escolha do local levou em consideração a abundância de água e madeiras; a área do início da povoação, marcada pela Igreja Matriz Nossa Sra. do Belém, foi estabelecida entre dois arroios que foram nomeados posteriormente de Central e Pocinho. Ribeiro, faz uma descrição das primeiras medidas na organização do espaço na Freguesia de Nossa Senhora do Belém:

Cuidava-se da largura das ruas (100 palmos, pelo menos, isto é, 22 metros) e da esthetica da povoação, que seria erigida de accordo com uma planta que 'levantou e offereceu o reverendo vigario Francisco das Chagas Lima'. Assim, no centro devia reservar-se uma area quadrada, de 90 braças de lado, destinada ao largo fronteiro da igreja, atrás da qual se construiria a casa para o vigario e o coadjutor. Para os lados ficariam as habitações dos empregados e na parte mais baixa desceriam tres ruas 'na largura de oitenta braças craveiras'.²¹

A organização inicial do povoamento expressava as normas e regulamentos de concessão de terras através das ordenações do reino que praticamente transpunha o arcabouço jurídico e normativo da metrópole para as cidades coloniais brasileiras. Como as normas eram generalizantes, pois deveriam atender a todos os núcleos urbanos nascentes e a qualquer realidade, a Igreja Católica, com poder de ser a religião oficial e agregada ao poder do Estado, determinava minuciosamente as ordenanças da sede do novo povoamento.

Algumas características da vida do povoamento devem ser apontadas para melhor compreensão de sua estruturação inicial. Começaremos descrevendo a composição da sociedade que ali se instalou, suas atividades produtivas, depois a posse e estruturação fundiária e sua associação com as instâncias de poder nesse período.

No início do povoamento da Freguesia de Nossa Sra. do Belém, a sociedade era indiferenciada em termos de posses, bens e hábitos. Segundo Abreu e Marcondes,

O rol de paroquianos de 1825 feito pelo Pe. Francisco das Chagas Lima, registra 14 fogos na Freguesia, sendo 11 (onze) dos empregados da Expedição e desterrados, e 3 (três) para os 'novos colonos' da conquista de Guarapuava.²²

Percebe-se a presença da figura do "colono soldado" para dar início à ocupação e à organização do povoado. A população de colonizadores propriamente dita dedicou-se à agricultura de subsistência e à criação extensiva de gado. Havia pouca mão de obra para o trabalho,

²¹. RIBEIRO, Eurico Branco. O coração do Paraná. 1929, p. 14. Nestas citações decidimos preservar o sistema ortográfico da época.

²². ABREU, Alcioly T. G. e MARCONDES, Gracita G. O abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava. 1992, p. 32.

além da própria família, sendo bastante reduzida a população escrava vinda para o local neste período.

Além de uma população extremamente reduzida, as famílias produziam praticamente todos os produtos de subsistência e pouco era comercializado. A vida da sociedade da época estava estruturada no campo. Abreu e Marcondes relatam esse aspecto ao argumentar que:

as casas ficavam fechadas por muito tempo, pois os fazendeiros e suas famílias, (...), permaneciam nas fazendas, vindo ao povoamento somente em datas especiais- batizados, casamento, festa da padroeira, eleição ou para fazer compras.²³

Outro aspecto, já tratado no início deste texto, é a ocupação dos "Campos de Guarapuava" que era praticamente um desdobramento da sociedade campeira dos "Campos Gerais" e o fato de os sesmeiros praticamente não fixarem residência na região no início do povoamento. Nesta época, os hábitos de consumo mais sofisticados que não eram satisfeitos pela produção na fazenda, não podiam ser trazidos de outros centros, dadas as dificuldades de transporte e o isolamento da região, associado ao fato de não haver capital excedente circulando entre os povoadores iniciais.

A autonomia municipal adquirida com a elevação da Freguesia à condição de Vila ocorre em 1852, com a instalação da Câmara Municipal numa conjuntura de apogeu da atividade tropeirista na região e em 1871 recebe os foros de cidade. Os símbolos dessa autonomia eram dois monumentos importantes, o prédio da Câmara Municipal e a Cadeia Pública que se integravam ao templo pré-existente e compunham o quadro de símbolos que caracterizaram um local privilegiado, a área principal e mais prestigiada da cidade.

A expansão e adensamento do núcleo inicial se deu em torno desses marcos centrais, todos eles localizados em privilegiado ponto topográfico. Com o advento da República e a separação entre o Estado e a Igreja, esta perdeu suas antigas funções e prerrogativas no espaço urbano. No entanto, é nítida ainda sua importância relativa. A Igreja durante muitos anos continua a ter uma posição eminente, uma privilegiada posição urbana. Reflete ainda sua influência como símbolo

²³. Ibid. p. 32.

de poder no alto valor dos lotes localizados à sua volta e na excelência do casario vizinho.

No entanto, mesmo frente ao aumento demográfico e o fortalecimento econômico e político da região, durante o auge da atividade tropeira, o núcleo urbano apresentou um fraco dinamismo interno. Algumas modificações verificaram-se apenas no que diz respeito à estética do traçado das ruas e da padronização das edificações. Segundo Marcondes e Abreu, "As casas abafadas e mal iluminadas do passado pobre, foram substituídas pelos casarões de altos pés direito,... e a padronização das construções passou a obedecer às posturas municipais..."²⁴

Mas a vida da sociedade campeira estava ainda estruturada nas grandes fazendas e o núcleo urbano tinha função apenas de encontros para decisões políticas e festas religiosas, permanecendo as casas fechadas a maior parte do tempo.

Por outro lado, o acúmulo de capitais devido ao sucesso inicial da atividade tropeira modificou os hábitos de consumo de parte da população enriquecida. Tal demanda era satisfeita pela compra de produtos de outros centros, trazidos no lombo das mulas junto com as tropas. Uma das conseqüências desta fase foi o aumento da estratificação social e o surgimento de uma parcela livre de população, embora dependente economicamente do proprietário e do latifúndio. Essa população tinha hábitos de consumo mais modestos e segundo Abreu e Marcondes²⁵, durante esse período surgiram as primeiras casas de comércio de maior porte como a Sá, Virmond e Cia, em 1860 e a Casa Missino, em 1862.

Um aspecto basilar da estruturação do espaço urbano a ser tratado é o sistema de distribuição de terras na região durante este período e sua conseqüência física, o parcelamento e a forma que adquire a cidade. Muito mais importante do que discutir as ordenações da estética das ruas e arquitetura das casas iniciais, é analisar qual era a base sobre a qual estava erguendo-se o povoado, de que chão se tratava e como ele era distribuído.

²⁴. ABREU, Alcioly T. G e MARCONDES, Gracita G. Escravidão e trabalho. 1991, p. 147.

²⁵. Ibid, p. 136.

A Igreja, como já falamos anteriormente, durante muito tempo esteve agregada ao Estado. Assim, os vigários das paróquias funcionavam como verdadeiros agentes do governo. Estes deveriam escriturar os livros de registros do patrimônio religioso, delimitavam as imensas áreas dos sertões que a paróquia abarcava, determinavam a área da sede do povoado e ainda o aproveitamento e a divisão das terras no período inicial do núcleo urbano.

A condição de Vila, caracterizada por gozar de autonomia municipal, trazia consigo a responsabilidade de delimitar mais precisamente as fronteiras da área de sua influência de poder. A sede da antiga freguesia passa a ser a sede da vila, o núcleo urbano inicial composto dos símbolos de poder, ruas e uma maior densidade demográfica. Ao redor deste núcleo urbano, estava uma área designada de "logradouro público" que comumente foi chamada de "rossio". Murilo Marx, descreve a função que deveria desempenhar o rossio de uma vila ou cidade:

Essa área serviria a distintos propósitos, que poderiam resumir-se em sua utilização por todos os moradores para pasto de animais, para coleta de madeira ou de lenha, para algum plantio, bem como constituía uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças.²⁶

A gestão do rossio competia ao município, às suas autoridades, aos vereadores e juizes. Do mesmo modo que se concedia uma sesmaria para uma pessoa administrá-la e conservá-la, o rossio era concedido à nova instância de poder, o município, para administrá-lo e conservá-lo. Esse dote de terras concedido pela União ao município constituiu-se no patrimônio que permitiu à cidade se expandir através das concessões que o município fazia. As "datas" resultavam do parcelamento de terras feito no rossio e concedido a outras pessoas. Segundo Abreu, a área do rossio tinha mais ou menos as seguintes características:

As áreas das propriedades do rocio variavam de 0,1 a 30 ha, havendo exceções-(...). Pela análise dos nomes dos proprietários verificou-se que estes eram pessoas influentes, que ocupavam posição de mando,

²⁶. MARX, Murillo. Cidade no Brasil. **Terra de quem?** 1991, p. 68.

possuindo muitos deles mais de uma propriedade. Eram considerados 'roció' da Vila de Guarapuava: Jordão, Vassoural, Morro Alto, Cascavel, Coutinho, Xarquinho (sic) e outros.²⁷

Se inicialmente as concessões de "datas" do rossio foram gratuitas, mais tarde, nas áreas mais distantes do núcleo urbano, as concessões passaram a ser feitas sob a forma de "aforamento". Esse sistema era uma espécie de aluguel da terra, com vencimento anual, criado com objetivo de obtenção de rendas para a municipalidade. Assim, muitas chácaras formaram-se no rossio da cidade. Seu parcelamento não obedeceu a uma regra que uniformizasse sua forma, pois estas tinham sempre que se adequar à disponibilidade de fontes de água.

A elevação da Freguesia de Nossa Senhora do Belém à condição de Vila ocorreu justamente durante um período de grandes mudanças na conjuntura da política fundiária do país. Em 1822 foi suspenso o sistema de sesmarias para a concessão de terras e uma enorme lacuna foi deixada na lei, quando não regulamentou a matéria substituindo o antigo sistema por outro. Assim, durante muito tempo a simples posse da terra era a única maneira para sua obtenção, ocasionando inúmeros conflitos.

O sistema de concessão de "datas" nas áreas do rossio persistiu durante muitos anos mesmo depois da metade do século XIX, com a aprovação da Lei de Terras determinando que a posse da terra ocorreria apenas mediante compra em dinheiro. No entanto, as determinações da nova legislação só foram incorporadas pela sociedade guarapuavana muito lentamente. Lembremos das dificuldades das notícias chegarem aos afastados sertões e o limitado poder de fiscalização por parte do Estado nacional. Somado a isso, a formalização de outros modos de aquisição de terras urbanas estavam em segundo plano para os dirigentes locais, pois os maiores conflitos estavam acontecendo nas áreas rurais.

De qualquer forma, uma nova maneira de disciplinar o domínio da terra seria determinado pelo Código Civil de 1917, no qual se define a condenação total do sistema de foros. Mesmo com o estabelecimento de novas normas, as antigas formas de concessão de terras urbanas perduraram por muitos anos nas regiões interioranas, muitas vezes utilizando-se de brechas deixadas na legislação.

²⁷. ABREU, Op. cit, p. 55.

A partir dessa conjuntura, nasce a figura do "proprietário fundiário" que passou a reinar absoluto na transmissão e partilha das terras urbanas. Estas passaram a ser mercadorias que podem "render um bom negócio". Para outros, tornou-se a única maneira de se "obter o chão" do antigo rossio da cidade, denominado anteriormente de "logradouro público".

A organização do espaço regional oriunda da fraca inserção da região de Guarapuava na economia nacional durante a fase da produção e comercialização do gado e da exploração de recursos florestais, não foi capaz de ampliar e fixar a população na região. Durante esta fase, o núcleo urbano desempenhou um papel acessório na estruturação do espaço produtivo.

O lento crescimento demográfico associado às características da economia regional resultaram na lenta transformação da malha urbana até meados do século XX. As alterações mais significativas ocorridas no núcleo urbano estiveram atreladas à própria evolução da economia tropeirista e foram verificadas apenas no espaço interno da cidade, como a transformação da estética da arquitetura e nas posturas municipais.

O apogeu da economia tropeirista em meados do século XIX levou ao enriquecimento da sociedade local, transformou os hábitos de consumo e refletiu-se na paisagem da cidade, reforçando a tendência de valorização da área de prestígio e poder em torno dos marcos iniciais da cidade, como descreve Abreu e Marcondes:

Com o dinheiro auferido pelo tropeirismo transformou-se o visual urbanístico da vila e depois da cidade. Pedro de Siqueira Cortes, que possuía fazendas em Guarapuava e Palmas, construiu o primeiro palacete no pátio da Matriz e foi imitado por outros fazendeiros-tropeiros.²⁸

Outro momento significativo que refletiu no núcleo urbano foi a crise do sistema tropeirista ocorrida no final do século XIX e início do século XX, quando muitos fazendeiros deixaram suas terras e passaram a residir definitivamente no meio urbano como demonstra Abreu:

²⁸. ABREU, Alcioly T. G e MARCONDES, Gracita G. Escravidão e trabalho. 1991. p.137.

foi então que muitos fazendeiros colocaram à venda suas terras ou parte delas, pretendendo residir no núcleo urbano e viver do juro do dinheiro obtido com as referidas vendas; outros deliberaram arrendá-las, cobrando certa importância por alqueire.²⁹

Nesta fase ocorreu o aumento da população urbana, bem como o agravamento das condições de vida na cidade. Objetivando ilustrar com maior fidelidade a situação em que se encontrava a organização espacial do núcleo urbano de Guarapuava, invocamos o testemunho de Eurico Branco Ribeiro que deixou registradas suas impressões sobre a paisagem urbana em um estudo sanitário apresentado na Faculdade de Medicina em São Paulo, em 1929, à "Cadeira de Higiene":

As principais vias do centro são bem tratadas pela Prefeitura, que mantém o seu ligeiro abaulamento e conserta os buracos que de continuo produz o transito de carroças durante o tempo chuvoso, pois que nenhuma rua é calçada a paralelepípedo nem mesmo macadamizada. (...) As ruas mais afastadas e de menor transito não raro se enchem de vegetação rasteira (...). Cada casa de Guarapuava tem um vasto quintal, em que é commum o cultivo de verduras e fructeiras, havendo até quem nelles plante feijão, milho, etc.³⁰

Atrelada à divisão administrativa da época, foram tomadas algumas medidas pela Câmara Municipal no sentido de cuidar da estética da cidade. Foi proibida a construção de casas de madeira na área central da cidade e a paisagem urbana passou, gradativamente, a ser constituída de espaços diferenciados entre si através da distribuição do padrão habitacional, embora a tendência geral do estilo arquitetônico das residências refletisse a herança dos imigrantes europeus:

Foi a architectura do norte da Europa, das regiões onde era necessário impedir o accumulo de gelo sobre os edifícios, que foi transplantada para esta região do Brasil e aqui está lhe dando uma feição característica.³¹

²⁹. ABREU, Alcioly T. A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava, 1986, p. 157-158.

³⁰. RIBEIRO, Eurico Branco. O coração do Paraná, 1929, p. 45.

³¹. Ibid, p. 17.

A infraestrutura neste período era rara e a crise do sistema tropeirista, associada ao isolamento da área em relação às demais regiões produtivas do país, não estimulava investimentos neste setor como demonstra Ribeiro:

Guarapuava não possui exgotos, nem água encanada, nem serviço de limpeza pública (...) existem seis chafarizes, todos com água captada no local e nem sempre boa (..) A má qualidade dos poços de Guarapuava não decorre, porém, tão só da infiltração dos despejos mas também, e principalmente, da dos dejectos humanos lançados a esmo pelos quintaes ou depositados em fossas rudimentares, conforme uso geral.³²

No final da década de 20, surgiu o primeiro serviço de água encanada de iniciativa privada do Hospital São Vicente de Paula. Segundo Abreu e Marcondes³³, o serviço era bastante precário, pois, durante os trinta e três anos que durou a exploração do serviço neste setor, atingiu apenas cem residências.

A paisagem urbana descrita no estudo sanitário realizado por Ribeiro demonstrava a existência da iluminação pública, gerada a partir de uma usina "hidráulica" de propriedade particular do Sr. Luiz Ciscato, localizada a 6 Km da cidade, e a dificuldade de transposição das barreiras físicas representadas pelos córregos que cortam a cidade, pois estes não eram canalizados e as passagens eram feitas de pontilhões de madeira que nem sempre eram da largura da rua.

As características do sistema tropeirista não haviam permitido a organização de uma rede urbana regional hierarquicamente estruturada e o núcleo urbano de Guarapuava, embora polarizasse uma vasta região geográfica, encontrava-se pouco articulado ao espaço produtivo regional. O aspecto mais significativo da relação entre o núcleo urbano e a área agrícola periférica, demonstrada por Ribeiro, era o abastecimento alimentar do núcleo urbano:

Parte do leite consumido vem das chacaras proximas (...) as verduras poucas se vendem em Guarapuava: todas as casas tem quintaes cultivados, mas não é raro que se offereçam pelas ruas verduras provenientes de fora da cidade e que são trazidas em carroças (...) o

³². Ibid, p. 46-48.

³³. ABREU, Alcioly T. G. e MARCONDES, Gracita G. O abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava. 1992.

queijo é fabricado com muito asseio nas fazendas do município, sendo transportado para a cidade em caixões ou em saccos. A manteiga, de igual proveniência (...). Farinha de milho e de mandioca são fabricados por pequenos agricultores, que as levam para a cidade (...). O fornecimento de lenha é feito pelos lavradores dos arredores, que a trazem picada, em carroças ou ainda, como primitivamente, em cargueiros.³⁴

Assim, podemos afirmar que a frágil economia de mercado, o isolamento da região em relação a outros centros produtores do país, as relações de trabalho representadas pelo "trabalhador permanente e residente, quase sempre sem ordenado fixo, empregados na lavoura de subsistência"³⁵, o pequeno capital circulante, a produção agrícola na periferia da cidade, bem como o grande valor de uso da terra associado ao domínio do Poder Público no processo de parcelamento e distribuição da terra, foram os fatores que resultaram na forma urbana adquirida durante este período. Sobre esta estrutura urbana herdada da fase tropeirista se sobrepôs nova configuração, necessária às transformações da base produtiva que trataremos a seguir.

3.2- A cidade no comando da organização do espaço produtivo

A base do novo sistema produtivo provocou uma reorganização do espaço regional e conseqüentemente do espaço urbano, necessária para atender aos objetivos das novas demandas. Segundo Padis "O nível das atividades desenvolvidas nesses centros, e especialmente sua diversificação, são diretamente decorrentes da intensidade e da extensão alcançada pelo setor primário".³⁶

A reorganização da economia regional face à moderna agricultura teve uma íntima relação com a especialização do setor terciário e concentração de serviços urbanos. A modernização da produção agrícola inviabilizou os esquemas tradicionais de comercialização pois um maior volume da produção agrícola teve que se associar a formas mais avançadas de comercialização que poderiam ser desenvolvidas somente

³⁴. Eurico Branco. O coração do Paraná. 1929. p. 59-60.

³⁵. ABREU, Alcioly Terezinha, Op. cit, p. 199.

³⁶. PADIS, Op. cit, p. 175.

com um grau elevado de concentração de capital. Segundo estudos do IPARDES:

Na medida em que a velocidade de rotação depende da rapidez do consumo, seja produtivo ou individual, o mercado deverá ser ampliado. As cadeias de comercialização tendem a se estreitar pela eliminação sucessiva de elos, levando ao desaparecimento gradativo dos diversos agentes envolvidos na comercialização, principalmente os caminhoneiros e pequenos comerciantes que se localizam nos centros diretamente ligados à produção agrícola.³⁷

Assim, as bases de sustentação do setor comercial nos municípios menores da região foram minadas e ocorreu paralelamente uma centralização de atividades terciárias nos municípios de maior porte que permitiram às modernas unidades operarem com a máxima área beneficiada. Guarapuava desponta nesse papel de pólo pelas próprias características herdadas de arranjos espaciais passados oriundos da antiga estrutura econômica regional, da inexistência na região de um sistema urbano hierarquizado e de seu domínio em uma extensa área geográfica.

Muito embora a mudança da base produtiva tenha provocado transformações profundas e estruturais na região de Guarapuava, a sua integração com a economia estadual e nacional não rompeu as bases exportadoras, uma vez que o capital comercial se desenvolveu em boa medida para a exportação de produtos agropecuários ao mercado nacional e internacional, e na medida em que o fortalecimento da área de processamento de produtos agropecuários também segue os mesmos objetivos.

É nessa conjuntura de desenvolvimento da economia agrícola mercantil que a cidade toma comando dessas relações econômicas, sendo parte indispensável e o carro chefe desse processo. Estudos do IPARDES sobre o processo de urbanização do Estado associado à modernização agrícola, argumenta que:

Na medida em que as atividades agrícolas se destinam ao mercado, constituindo uma produção mercantil orientada pelos critérios de máxima rentabilidade, as cidades têm o seu papel reforçado como

³⁷. IPARDES. Nova configuração do Paraná. 1983, p. 61.

centros de comercialização e de concentração do capital comercial dominante na produção agrícola.³⁸

Os desdobramentos desse novo momento de relações econômico-sociais acarretaram o processo de urbanização da região, como podemos verificar na dinâmica populacional do município, demonstrada no quadro I.

QUADRO I
Dinâmica Demográfica do Município de Guarapuava

Ano	População Total	População Rural	População Urbana
1940	96.235	90.476	5.759
1950	67.436	61.947	5.489
1960	96.947	80.585	16.362
1970	110.903	67.639	43.264
1980	158.585	68.636	89.951
1991	159.573	52.551	107.022

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Apesar dos contínuos desmembramentos que o município sofreu com a emancipação de vários distritos, dificultando a análise destes dados, podemos verificar um constante crescimento da população urbana, embora esta ultrapasse a população rural somente em 1980. A população urbana em 1940 representava 8% da população total do município, passando em 1991 a representar 67%. As taxas de crescimento da população urbana, a cada década, são sempre superiores à 100% no período entre 1950 e 1980, embora, gradualmente, tenham apresentado uma pequena regressão no padrão de crescimento.

A maior taxa verificada de crescimento da população urbana, ocorreu no período 50/60, estando relacionada ao crescimento da população total do município em face ao início dos primeiros fluxos migratórios decorrentes dos incentivos governamentais de reocupação dos campos nativos da região em face da desagregação da economia da sociedade campeira e do início da articulação espacial com a expansão da rede ferroviária do Estado.

³⁸. Ibid, p. 112.

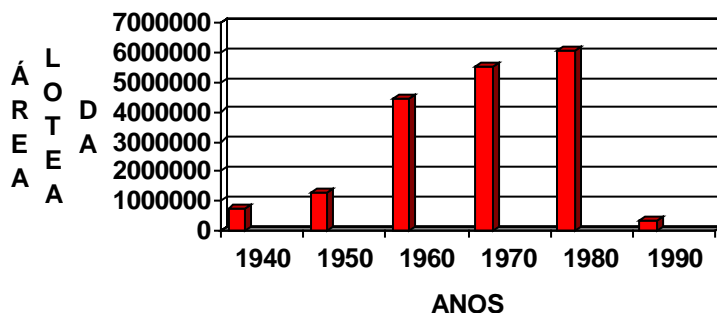
Os períodos posteriores, 60/70 e 70/80, foram marcados pelas mesmas características, pois a região ainda era uma "fronteira agrícola interna" do Estado, havendo, inclusive, um aumento da população rural devido à reocupação dos campos nativos com a moderna agricultura. Tais transformações estão atreladas à modernização do sistema produtivo da agricultura e de um maciço investimento por parte do Estado na infraestrutura de transporte rodoviário.

O período 80/91 foi caracterizado pela intensidade da migração rural/urbano, ocorrendo uma estabilização do crescimento da população total do município, que já não se configurava como "fronteira agrícola" e um contínuo crescimento da população urbana. Este perfil de mobilidade populacional reflete a contrapartida do processo de modernização da agricultura regional. Além da especialização dos serviços urbanos que trouxe novos agentes para desempenhar funções que exigiam maior qualificação, a cidade, que se constitui num pólo regional, passou a abrigar o contingente populacional que foi excluído do campo com o processo de modernização agrícola.

Associada à urbanização da região ocorre também uma transformação de vários outros setores da vida urbana que deram suporte ao capital e sua nova forma de organização. Ocorreu uma grande modificação nos hábitos de consumo da população, exigindo uma ampliação da capacidade e qualidade dos serviços públicos como educação, saúde, infraestrutura, transporte, energia, comunicação e saneamento.

As rápidas transformações econômicas ocorridas na região de Guarapuava e as modificações das funções que o núcleo urbano desempenhou a cada momento deste processo ganhou concretude no espaço através da alteração de sua forma. Juntamente com o referido processo de urbanização ocorreu uma significativa modificação do ritmo de crescimento da malha urbana como demonstra a figura.

FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DA ÁREA LOTEADA (M²) EM GUARAPUAVA 1940-1990



Fonte: Cartórios de Registro de Imóveis do 1º, 2º e 3º Ofícios de Guarapuava.

Os dados do gráfico demonstram que o período de maior crescimento está representado pelas décadas de 70 e 80, coincidindo com o crescimento da população urbana neste mesmo período, já evidenciado no quadro I. O ritmo de parcelamento permanece em constante crescimento até a década de 90, quando muda radicalmente o padrão de crescimento da malha urbana verificado até então.

Até 1940 o perímetro urbano da cidade de Guarapuava representava cerca de 30% do perímetro urbano atual. Os 70% de área restante foi resultado do crescimento das décadas subsequentes que podemos caracterizar em três períodos distintos como veremos à seguir.

De meados do século XX até o início dos anos 70 a forma urbana foi caracterizada por um intenso crescimento sem contiguidade espacial. Os grandes investimentos no setor de transporte resultaram na articulação deste espaço com os centros produtores do país, ocorrendo uma desarticulação da produção agrícola e a perda gradual da relação entre o consumo urbano e a produção rural periférica. A perda da função produtiva da periferia urbana, associada a formação de um mercado consumidor, devido o aumento demográfico da população, fez com que seus proprietários buscassem novo uso para suas terras recorrendo ao parcelamento para fins urbanos.

O segundo período, entre 1970-90, foi marcado pela continuidade do crescimento e da especialização do mercado de terras da cidade. A estruturação urbana deste período reflete a consolidação do novo sistema produtivo implantado na região. A periferia urbana tornou-se totalmente improdutivo e os investimentos por parte do governo do estado em infraestrutura básica estimulou por um lado, o processo de parcelamento e, por outro, a especulação fundiária, já que agora a terra urbana associada a infraestrutura instalada passou a ter maior valor.

A inflexão do padrão de crescimento marcou o período dos anos 90. Tal processo foi resultante de uma redução de consumo decorrente da diminuição do poder aquisitivo da classe trabalhadora, da transformação do perfil da administração municipal que passou a ser mais rigorosa com as exigências para a aprovação de loteamentos.

Este estudo realizou a reconstituição de momentos históricos significativos do desenvolvimento econômico de Guarapuava, associando as transformações sócio-econômicas ocorridas na região e os impactos que estes processos ocasionaram na função e na forma assumida pelo espaço urbano.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the rebuilding process of the urban space of Guarapuava in relation to the social and economical transformations of the region. To the understanding of the local space the inter-relation of the scales of analysis will be used to indicate the most important moments of the transformation of the division and the articulation of the work between the regional and local space reflected in the rearrangement of their functions and forms.

Key-words: regional space; urban development, Guarapuava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Alcioly T. G. e MARCONDES, Gracita G. O abastecimento de água no Século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava. Guarapuava(PR) : Fundação Universidade Estadual do Centro Oeste, 1992.

2. _____. Escravidão e trabalho. Guarapuava(PR) : Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, 1991.
3. ABREU, Alcioly T.G. A posse e o uso da terra. Modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba : Biblioteca Pública do Paraná. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.
4. BALHANA, Altiva Pilatti, PINHEIRO MACHADO, Brasil & WESTPHALEN, Cecília M. História do Paraná. Curitiba : Grafipar, 1969.
5. BARTHELMESS, Arthur. Ocupação e organização do Paraná velho, in: Boletim Paranaense de Geografia, 6-7. Curitiba : AGB - Seção Regional do Paraná, 1962.
6. ELFES, Albert. Suábios do Paraná. Curitiba : Banco Lar Brasileiro S.A., 1971.
7. IPARDES. Posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976.
8. _____. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba : 1983.
9. LUZ, Cirlei F.C. A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1980.
10. MARX, Murillo. Cidade no Brasil. Terra de quem? São Paulo : Edusp/Nobel, 1991.
11. PADIS, Pedro C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo : Hucitec, 1981.
12. RIBEIRO, Antônio Giacomini. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava, in Boletim de Geografia - UEM, ano 07, no 01, Maringá (PR) : Universidade Estadual de Maringá, setembro, 1989.
13. RIBEIRO, Eurico Branco. O coração do Paraná, Estudo sanitário apresentado à Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina em São Paulo, 1929.
14. SILVA, Joseli Maria. Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
15. WACHOWICZ, Ruy C. Paraná: sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba : Lítero-Técnica, 1985.